



Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (Plano)

2010-2013



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO - 2011

- CMC/DPST – Ricardo Caldeira
- Coordenador do Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo – GPISA

Cascais, Janeiro de 2012

ÍNDICE	
INTRODUÇÃO	3
I. OBJECTIVOS E METAS - Execução 2011	5
II. ACÇÕES A IMPLEMENTAR POR EIXO DA ENIPSA – EXECUÇÃO 2011	6
EIXO 1 - CONHECIMENTO DO FENÓMENO	6
EIXO 2 - QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO	8
III. DADOS GLOBAIS DE EXECUÇÃO 2011	10
IV. EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA EXECUÇÃO -2010 E 2011	11
V. AVALIAÇÃO QUALITATIVA	12
VI. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO	16

INTRODUÇÃO

O relatório de execução 2011, responde tal como o de 2010 aos objetivos e metas definidos no âmbito do Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (Plano) para o primeiro horizonte temporal, nomeadamente:

- 2010-2011
 - Implementação de um esquema de procedimentos para intervenção na emergência e acompanhamento das situações sinalizadas;
 - Realização de um diagnóstico sobre a dimensão e natureza do fenómeno;
 - Promover uma perceção comum do problema e das soluções necessárias;
 - Promover a organização territorial das entidades envolvidas na intervenção junto das pessoas sem-abrigo;
 - Promover a qualificação da intervenção, na perspetiva de uma intervenção integrada;
 - Contribuir para a atualização de informação no âmbito da ENIPSA;
- 2012 -2013
 - Criar / reformular as respostas e metodologias de intervenção necessárias
 - Desenvolver estratégias e respostas para pessoas/famílias em risco de ficar sem-abrigo
 - Desenvolver ações de formação e sensibilização

Regista-se contudo e face ao horizonte temporal 2012-2013 uma antecipação na programação e concretização de ações de formação e sensibilização. Efetivamente considerou-se uma oportunidade a concretização em 2011 de um conjunto de ações de sensibilização dirigidas a forças de segurança com o objetivo de assegurar uma maior operacionalidade das medidas e recursos envolvidos na execução do Plano.

Destacam-se como principais resultados alcançados com a execução do Plano 2011, os seguintes:

- ✓ Existência de gestor de caso atribuído em 72% dos casos ativos, o que representa um crescimento de 14% face ao início de execução do Plano em Março de 2010;
- ✓ O aumento em 17, do número total de casos que transitaram da situação de ativos para a situação de passivos (e que não se encontram em acompanhamento por não se verificar a situação de sem abrigo);
- ✓ Concretização de um Guia de procedimentos, com navegação rápida, amplamente divulgado pela rede de recursos concelhios;
- ✓ Concretização de 3 sessões de informação e divulgação do Plano e sua operacionalização junto de agentes da PSP envolvendo um total de 19 agentes;
- ✓ Reunião Técnica para discussão do conceito de sem abrigo adotado no âmbito do Plano e sua operacionalização que registou a participação de 29 técnicos envolvidos na execução do Plano;




- ✓ Reunião Técnica para esclarecimentos em casos de sem abrigo que configuram contextos de imigração ilegal que registou a participação de 36 técnicos envolvidos na execução do Plano;
- ✓ Implementação de uma resposta de alojamento temporário de emergência para situações decorrentes de vagas de frio, confirmadas pela Autoridade Competente.
- ✓ Concretização de 5 reuniões de monitorização do Plano
- ✓ Alimentação permanente da base de dados concelhia
- ✓ Manutenção das 2 equipas especializadas para acompanhamento na emergência
- ✓ Manutenção das 6 equipas coordenadoras por Freguesia para acompanhamento pós emergência
- ✓ Articulação exploratória com a AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial, no sentido da implementação em Cascais de um Projeto-piloto beneficiando do financiamento e saber técnico do Projeto Casas Primeiro;
- ✓ Divulgação de informação relativa à execução e monitorização do Plano no sítio web da Rede Social de Cascais e no sítio web da CMC

I. OBJECTIVOS E METAS – Execução 2011

Objectivos	Metas Até 2011	Intervenção concretizada em 2011
A. Promover uma resposta concertada nas situações de sinalização de pessoas sem-abrigo	1. Elaboração de um guia de procedimentos, já aferido, que garanta a complementaridade dos apoios e a continuidade da intervenção	✓ Concretizado
B. Realizar uma intervenção integrada em situação de rua e ao nível do acompanhamento das pessoas sem-abrigo	2. Nos Diagnósticos e Planos de Intervenção individuais das pessoas acompanhadas são tidas em consideração todas as dimensões de vida da pessoa	Concretizado ao nível das orientações junto dos gestores de caso. Não disponível informação quanto à sua operacionalização
C. Promover o conhecimento sobre a dimensão e natureza do fenómeno através do estudo da realidade das pessoas sem-abrigo e da análise da capacidade de resposta dos recursos concelhios	3. Existência de um diagnóstico que permita uma actualização e melhor adequação do Plano ao contexto e às necessidades locais	- Concretizado pré-diagnóstico em 2010 - Atualização permanente da base de dados concelhia
D. Garantir a existência de gestores de caso nas situações sinalizadas	4. 80% das situações sinalizadas têm definido um gestor de caso	✓ 72% das 53 situações sinalizadas ativas a 31 de Dezembro de 2011 têm um gestor de caso atribuído
E. Garantir a definição e implementação de planos individuais de intervenção , com base numa avaliação diagnóstica	5. 40% das situações sinalizadas acordaram um Plano de Inserção	✓ 45% das 38 situações sinalizadas com gestor de caso atribuído ativas a 31 de Dezembro de 2011 têm acordado plano de intervenção

II. ACÇÕES A IMPLEMENTAR POR EIXO DA ENIPSA – Execução 2011

EIXO 1 - Conhecimento do Fenómeno





Medidas propostas pela ENIPSA	Plano Ação 2011	Calendarização	Concretizado em 2011
i. Promover a utilização a nível nacional do conceito de pessoa sem abrigo definido pela estratégia	1. Utilizar o conceito de pessoa sem abrigo definido pela estratégia nacional nos diversos instrumentos de planeamento e divulgar o mesmo pelos membros da Rede Social	Ao longo da vigência do Plano	
ii. Garantir a monitorização do fenómeno, com vista à adequação de respostas, através de sistema de informação e monitorização	2. Manter uma base de dados actualizada com informação produzida pelos gestores de caso e entidades sinalizadoras.	Ao longo da vigência do Plano	
	3. Produzir relatórios anuais a partir do tratamento da informação decorrente da base de dados comum	Janeiro 2012	
	4. Alimentar o sistema de informação nacional para a monitorização do fenómeno com a informação dos dados recolhidos no concelho	A definir ao nível nacional	Aguarda Orientações da Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)




Medidas propostas pela ENIPSA	Plano Ação 2011	Calendarização	Concretizado em 2011
iii. Assegurar que os diagnósticos e os planos de desenvolvimento social das redes sociais incluem indicadores relativos ao fenómeno sem-abrigo	5. Garantir o acompanhamento deste Plano por parte do Núcleo Executivo do CLAS	Ao longo da vigência do Plano	✓
	6. Garantir a inclusão, no Diagnóstico Social e documentos complementares da Rede Social, de indicadores de caracterização do fenómeno sem-abrigo e dos respectivos factores de risco	Nos momentos de actualização/ concepção dos documentos	✓
	8. Integrar no PDS e PA objectivos relativos à integração das pessoas sem-abrigo,	PDS - 2011	✓
iv. Garantir a acessibilidade e disponibilização de informação permanentemente actualizada sobre o tema e os recursos existentes.	9. Disponibilizar aos membros do CLAS, nos sítios Web da Rede Social e da CMC os sumários técnicos dos relatórios anuais de intervenção, com indicadores de evolução do fenómeno sem-abrigo.	Janeiro – a partir de 2011	✓
	10. Disponibilizar nos sítios Web da Rede Social e da CMC o Guia de procedimentos e recursos para situações de sem-abrigo e outros documentos/recursos a produzir no âmbito deste fenómeno.	Janeiro 2011	✓

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)

EIXO 2 - Qualificação da Intervenção

Medidas propostas pela ENIPSA	Plano Ação 2011	Calendarização	Concretizado em 2011
i. Promover a qualidade técnica da intervenção	13. Utilizar modelos comuns de ficha de identificação, de diagnóstico e de Plano de Inserção, no atendimento de 1ª linha e acompanhamento pelos gestores de caso	A partir de Março 2010	Concretizado apenas ao nível da ficha de identificação
	14. Reunião Técnica para discussão do conceito de sem abrigo adotado no âmbito do Plano e sua operacionalização	1º Semestre	 Registou a participação de 29 Técnicos
	15. Reunião Técnica para esclarecimentos em casos de sem abrigo que configuram contextos de imigração ilegal	1º Semestre	 Registou a participação de 36 Técnicos
	16. Divulgação do Plano junto das forças de Segurança	2011	 Concretizadas 3 ações que registaram a participação de 19 agentes da PSP
	17. Elaborar e divulgar junto dos agentes sociais um guia de procedimentos e de recursos para situações de sem-abrigo	2011	

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)

Medidas propostas pela ENIPSA	Plano Ação 2011	Calendarização	Concretizado em 2011
ii. Garantir a eficácia e eficiência na intervenção	18. Implementar uma resposta de alojamento temporário de emergência para situações decorrentes de vagas de frio, confirmadas pela Autoridade Competente.	1º Semestre	
	19. Propor e procurar soluções concelhias ao nível de respostas de alojamento em conformidade com o resultado do diagnóstico dos casos existentes	2011	
	20. Incluir na base de dados indicadores que permitam a avaliação da intervenção	2011	

III. DADOS GLOBAIS DE EXECUÇÃO 2011

- 1- Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo em 2011:

	Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	S. D Rana
N	3		3	13	1	4
Total	24					

- 2- Distribuição por Freguesia de casos ativos em 2011 por período de registo e por existência de gestor de caso e de plano de inserção individual:

Freguesia	Casos Ativos 2011							
	De 01 de Janeiro a 30 de Dezembro	A 31 de Dezembro						
		Com Gestor/a caso atribuído/a			Total sem Gestor/a caso atribuído/a 4	Total casos ativos 5=(3+4)	% de casos ativos com gestor caso atribuído 6=(3*100/5)	% de casos ativos com gestor caso atribuído e plano de inserção individual definido 7=(1*100/3)
		Total com gestor caso 3=(1+2)	Com plano de inserção individual definido (1)	Sem plano de inserção individual definido (2)				
Alcabideche	5	1	0	1	2	3	33	0
Carcavelos	15	10	10	0		10	100	100
Cascais	36	10	4	6	3	13	77	40
Estoril	18	12			5	17	71	
Parede	4	3	3	0	0	3	100	100
S D Rana	6	2	0	2	2	4	50	0
Desconhecida	3				3	3	0	
Totais	87	38	17	9	15	53	72	45

- 3- Distribuição do número total de casos passivos (que não se encontram em acompanhamento) em Dezembro de 2011 por tipo de motivo:

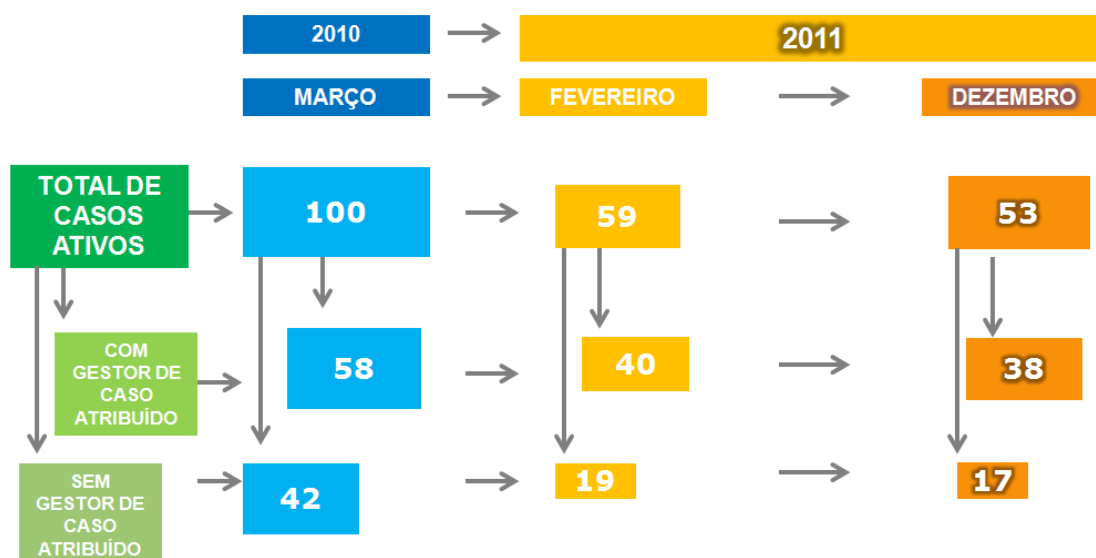
Casos Passivos	
Motivo	N
Paradeiro desconhecido	19
Saiu do concelho	14
Preso/a	6
Encaminhado/a para instituição	17
Em casa de família/ amigos	10
Alugou quarto	10
Foi alojado/a com apoio institucional	6
Falecido/a	7
TOTAL	89

IV. EVOLUÇÃO COMPARTIVA DA EXECUÇÃO – 2010 E 2011

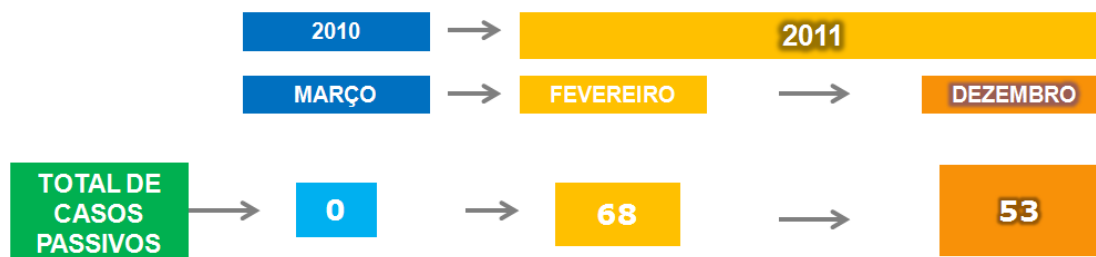
- 1- Evolução do número total de casos sinalizados por ano:

Ano	Nº Total sinalizações		
	Pré-diagnóstico inicial	Durante a execução do Plano	TOTAIS
2010	100	21	121
2011		24	24
TOTAIS	100	45	145

- 2- Evolução do número total de casos ativos (em acompanhamento) entre Março de 2010 e Dezembro de 2011 por situação face a atribuição de gestor(a) de caso:



- 3- Evolução do número total de casos passivos (que não se encontram em acompanhamento) entre Março de 2010 e Dezembro de 2011.



V. AVALIAÇÃO QUALITATIVA

- i. Ações de sensibilização e informação a agentes da PSP

A avaliação dos 19 participantes confirmou a importância das ações concretizadas, no respeitante à divulgação dos procedimentos e recursos disponíveis. Na sua maioria os participantes desconheciam quer a existência do Plano quer dos recursos mobilizados para a sua concretização, salientando como aspeto de maior relevância o acesso a contactos de referência na intervenção.

A metodologia das sessões possibilitou um levantamento inicial quanto aos conhecimentos de aspetos relacionados com o conceito de sem abrigo, sinalização, acompanhamento de casos e atribuições do gestor de caso, o que possibilitou uma discussão participada, de esclarecimento e discussão entre todos os participantes.

- ii. Avaliação remetida pelas Equipas Coordenadoras por Freguesia e Equipas Especializadas

Os dados de avaliação qualitativa que a seguir se apresentam, foram solicitados em instrumento de avaliação construído para o efeito, aos elementos que integram o GPISA, às Equipas Especializadas e aos Coordenadores das Equipas por Freguesia.

1. AVALIAÇÃO COM BASE NO CUMPRIMENTO DAS COMPETÊNCIAS DEFINIDAS PARA OS DIVERSOS INTERVENIENTES ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO PLANO

a. Relativamente ao GPISA (Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem Abrigo):

Fatores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Partilha de responsabilidades interinstitucionais na tomada de decisão; - Partilha de uma visão comum para a implementação do Plano; - Disponibilidade das entidades que integram o GPISA na definição e implementação do Plano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência em 2011 de ponto de contato com a ENIPSA - Ausência de participações em fóruns de discussão e troca de partilhas relativas à intervenção junto de pessoas sem-abrigo.

b. Relativamente às Equipas Especializadas:

Fatores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Intervenção de proximidade, facilitadora do encaminhamento e acompanhamento dos casos sinalizados; - Estabelecimento de relação empática que promove o respeito pela dignidade humana do indivíduo sem-abrigo; - Intervenção fomenta a motivação do indivíduo para a mudança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Consciência da inexistência de respostas efetivas às necessidades prioritárias dos sem-abrigo; - Ausência de soluções para as situações de duplo diagnóstico (saúde mental e consumos); - Pressão social existente no sentido da retirada do munícipe sem abrigo da rua.

c. Relativamente às Equipas Coordenadoras de Freguesia:

Fatores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Intervenção articulada entre parceiros; - Rentabilização de recursos; - Participação da equipa especializada nas reuniões da Equipa Coordenadora de Cascais; - Elevado número de situações com RSI; - Disponibilidade dos técnicos envolvidos no acompanhamento do processo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca disponibilidade dos gestores de caso para um acompanhamento mais individualizado das situações sinalizadas; - Dificuldade em estabelecer contacto mais próximo com os sem-abrigo que não se encontram já enquadrados; - Dificuldade em atribuir um gestor de caso a todas as situações sinalizadas, dado o elevado nº de sem-abrigo na Freguesia de Cascais e o reduzido nº de técnicos que integram a equipa de Cascais.

d. Relativamente aos Recursos Específicos na Comunidade:

Fatores de força	Constrangimentos
- Existência de entidades na freguesia que respondem a número de necessidades básicas (higiene, bens alimentares, alimentação e vestuário);	- Existência de respostas formais, pouco efetivas para a mudança das situações acompanhadas, pela inexistência de respostas ao nível de habitação ou abrigo temporário;

2. AVALIAÇÃO QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO ESQUEMA DE PROCEDIMENTOS E DE ATRIBUIÇÕES NA INTERVENÇÃO

Fatores de força	Constrangimentos
-Melhor estruturação da intervenção com definição de papéis; - Maior aprofundamento do conhecimento desta realidade; - Grande envolvimento por parte dos técnicos que constituem o grupo de trabalho de Cascais, assim como da Equipa Especializada que tem acompanhado com grande proximidade o trabalho do Coordenador de Freguesia assim como quando necessário informa/acompanha os Gestores de Casos. - Boa articulação entre as instituições que fazem parte do grupo, no sentido de dar algumas respostas às necessidades dos sem-abrigo acompanhados.	-Falta de formação específica nesta área que permita uma intervenção mais eficaz -Equipa Especializada: a) Sendo a ABLA uma entidade de referência no Concelho que acompanha situações de alcoolismo e toxicod dependência, existe algum constrangimento por parte dos sem-abrigo em se dirigir e solicitar apoio, quando não se enquadram nestas condições; b) A grande de afluência de indivíduos nos pontos de contacto tendo em conta o reduzido nº de técnicos e a desconfiança dos próprios sem-abrigo não facilita a recolha de informação mais detalhada acerca dos mesmos. - Gestor de caso: a) Junto da pessoa – dificuldade em aprofundar o diagnóstico, dado que é difícil em algumas situações fazer o acompanhamento do individuo;

3. AVALIAÇÃO GLOBAL RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

a. Sinalização de situações entre o GPISA e as equipas coordenadoras de freguesia

Fatores de força	Constrangimentos
- Equipa especializada (ABLA) continua a estar presente nas reuniões mensais da equipa Coordenadora de Cascais para uma melhor partilha de informação	

b. Atualização regular junto do GPISA da base de dados pelas equipas coordenadoras de freguesia e pelas equipas especializadas

Fatores de força	Constrangimentos
	- Não atualização regular de dados junto do GPISA por parte das Equipas Coordenadoras de Freguesia;

4. AVALIAÇÃO GLOBAL RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

a. Relativamente ao EIXO 1 – Conhecimento do Fenómeno

Factores de força	Constrangimentos
-Sem comentários	- Sem comentários

b. Relativamente ao EIXO 2 – Qualificação da Intervenção

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none">- Articulação com as entidades mobilizadas para a resposta junto de pessoas sem-abrigo- Concretização e divulgação do Guia de Procedimentos;- Discussão do conceito de Sem abrigo com a participação de 29 técnicos do Concelho, que permitiu estabelecer critérios idênticos nas sinalizações efetuadas;- Excelente capacidade de intervenção em rede das instituições concelhias	<ul style="list-style-type: none">- Pressão da comunidade;- Avanços e recuos constantes;- Falta de respostas de alojamento;- Pouca disponibilidade dos técnicos no acompanhamento das várias reuniões;- Inexistência de resposta eficaz na área da saúde mental;- Inexistência de alojamento temporário/longo- Incapacidade de criar respostas sociais para indivíduos que perderam todos os vínculos;

VI. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO

Ao processo de implementação e acompanhamento da execução do Plano, foram imprescindíveis as seguintes reuniões de acompanhamento:

Data	Local	Âmbito	Agenda
24/02/2011	DHS	GPISA + Equipas Especializadas + Equipas Coordenadoras por Freguesia	- Planeamento 2011
14/04/2011	DHS	GPISA + Equipas Especializadas + Equipas Coordenadoras por Freguesia + gestores de Caso	Discussão do conceito de sem abrigo com a participação de 29 técnicos envolvidos na implementação do Plano
10/05/2011	DHS	GPISA + PSP+GNR+ Polícia Municipal	Contextualização do Plano e definição de estratégia para divulgação do mesmo junto dos operacionais das forças de segurança
19/05/2011	CIAPS	GPISA + Equipas Especializadas + Equipas Coordenadoras por Freguesia + gestores de Caso	Situações que configuram contextos de imigração ilegal – participação de 36 técnicos
16/06/2011	DHS	GPISA	Ponto situação Plano Ação 2011

VII. AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Data	Local	Âmbito	Agenda
11 De Outubro de 2011	DHS	Polícia de Segurança Pública – participação de 6 agentes	Contextualização do Plano, Modelo de atribuições e de intervenção, Guia de procedimentos e dados de avaliação
18 de Outubro de 2011	DHS	Polícia de Segurança Pública – participação de 6 agentes	
18 de Outubro de 2011	DHS	Polícia de Segurança Pública – participação de 7 agentes	